



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 253

**A CIDADE DE COARI/AM E OS REFLEXOS DA
EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL PELA PETROBRÁS**

Cláudia Soler

Belém, Dezembro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 253

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

A CIDADE DE COARI/AM E OS REFLEXOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL PELA PETROBRÁS*

Cláudia Soler¹

Resumo:

O texto em questão constitui-se em um esforço analítico a respeito das mudanças ocasionadas pela mundialização do capital, que têm se traduzido em profundas transformações no contexto técnico-organizacional com conseqüências sócio-econômicas de diversas naturezas, alterando significativamente as configurações societárias. Trata-se aqui da situação vivenciada pelos moradores da cidade de Coari, localizada no interior do estado do Amazonas, submetidos a processos globais ou externos a partir da presença de um novo ator empresarial em seu território - a empresa Petrobrás com o Projeto Urucu, de exploração de petróleo e gás natural -, constituindo-se em um foco de mudanças desde o ano de 1996.

Palavras-chave: Coari. Amazonas. Petróleo. Gás natural. Exploração. Petrobrás.

¹ Administradora, Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Professora do Departamento de Administração da Universidade Federal do Pará - UFPA.

O texto em questão constitui-se em um esforço analítico a respeito das mudanças ocasionadas pela mundialização do capital, que têm se traduzido em profundas transformações no contexto técnico-organizacional com conseqüências sócio-econômicas de diversas naturezas, alterando significativamente as configurações societárias. Trata-se aqui da situação vivenciada pelos moradores da cidade de Coari, localizada no interior do estado do Amazonas, submetidos a processos globais ou externos a partir da presença de um novo ator empresarial em seu território - a empresa Petrobrás com o Projeto Urucu, de exploração de petróleo e gás natural -, constituindo-se em um foco de mudanças desde o ano de 1996.

A partir da pesquisa que envolve a dinâmica vivida pela população de Coari com a presença desta empresa, são identificados fatos e subjetividades emergentes da fusão entre um sistema globalizado, com os avanços tecnológicos trazidos pela empresa, e um sistema local – uma comunidade tradicional² tipicamente amazônica – com uma posição geográfica privilegiada, uma vez que possui imensas riquezas em seu subsolo e onde sua exploração serve de atrativo para populações de fora em busca de trabalho e melhores condições de vida, desvirtuando a identidade deste local.

A história da cidade se inicia no século XVII, quando o Jesuíta Alemão Samuel Fritz funda uma aldeia de índios com a denominação de Coari, por ficar à margem do lago que possui este nome, para a catequização dos índios Yuris e Mauás. Outras tribos habitavam a região onde hoje está estabelecido o município de Coari, dentre elas: Catuxi, Juma, Irijú e Solimões. O fundador da cidade, por ser partidário da Coroa espanhola, precisou abandonar o Brasil em 1708. No mesmo tempo, os monges carmelitas fundaram o povoado de Paraná do Parati (hoje município de Manacapuru). Este povoado foi, várias vezes, transferido, até ser finalmente anexado à missão fundada por Fritz, a qual foi conquistada pelos carmelitas para a Coroa portuguesa. No mesmo período, entre 1690 e 1730, a população indígena ao longo do Rio Solimões foi fortemente dizimada, dando origem, nas décadas seguintes, a uma população mista de descendentes de colonizadores portugueses e de indígenas (GAWORA, 2003).

A denominação Vila de Coari ocorreu em 1º de maio de 1874, sendo instalada sua comarca em 1891, a qual foi suprimida em 1913, ficando o termo subordinado à comarca de Tefé. Sendo restaurada, outra vez, em 1924, compreendendo os termos de Coari, Manacapuru e Codajás. Em 1932, foi Coari elevado à categoria de cidade, por força do Ato Estadual nº 1665, de 2 de agosto do mesmo ano. De acordo com a divisão administrativa judiciária vigente, o município de Coari é constituído de um só distrito e a comarca compreende um único termo (COARI, 2002).

A etimologia da denominação da cidade de Coari, segundo o cônego Ulysses Pennafort, em seu livro “Brasil Pré-Histórico”, vem das palavras Huau, significa “Rio de Ouro”. O nome deste rio pode originar-se das palavras indígenas "Coaya Cory" (versão que viria dos quíchua – dialeto inca) ou

² Nas análises de Conceição (2001), o conceito de populações tradicionais demonstra ter aplicação na interpretação das sociedades amazônicas, quando o impacto da modernização atinge sociedade quase inteiras, forçando-as a um processo de reordenação social, que, ao longo da história, vem acontecendo via adaptação, facilitada na Amazônia pela potencialidade dos recursos e pelo conhecimento adquirido pelos moradores na própria tradição.

"Huary-yu", que significa respectivamente "rio do ouro" e "rio dos deuses". O cônego também dá ao rio o nome de CORENA, como sendo o mesmo que Cory, Coya, mas não afirma que a origem da palavra era essa. Efetivamente, a significação do nome deste rio em Nheengatu é espelho, podendo ser traduzido como "Rio Brilhante de Água que Espelha". Entretanto, há escritos de que Coari não descende do guichua; é puramente Nheengatu e que quer dizer: pequeno buraco, buraquinho. Vem da palavra Cuara, o verdadeiro nome do rio, que significa "buraco", "furo", juntamente com Miri, que se contrai em RI (forma diminutiva nas linguagens indígenas Nheengatu e Tupi). A denominação dada ao rio que banha o município estendeu-se ao lago, cuja margem localiza-se neste município.

A história de pouco mais de trezentos anos identifica a população originária até o início de um suposto desenvolvimento. Em geral, a cidade sofreu um "desenvolvimento" relativamente lento, até a descoberta do petróleo e do gás natural em seu subsolo.

2 Aspectos Sociais da Cidade de Coari

Para se entender melhor a cidade de Coari e sua identidade no contexto de um grande projeto, como é o de Urucu, bem como as transformações vividas diante da presença da Petrobrás na localidade, devemos, de antemão, conhecer suas características sociais e econômicas.

A sociedade coariense é formada, em sua maioria, por ribeirinhos que praticamente não ocupam nenhum espaço de poder e também não possuem representação social significativa, nem perspectivas de mudanças em seu favor no município. Considerando que a população, em 2005, era de 84.309 habitantes, observa-se que era significativo o percentual de 8,5% de pessoas empregadas na Prefeitura Municipal de Coari (7.000 servidores). Destes, apenas 473 pessoas haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho.

Por outro lado, o que emerge na cidade como um todo é a grande incidência de relatos do domínio exercido pelo poder público municipal sobre a sociedade coariense, a qual, devido a fragilidade de suas redes sociais, apenas um pequeno grupo se expressa, o que não se deve a falta de politização, mas sim a dependência do poder público local. Neste sentido, Haroldo Campos, representante do IBGE em Coari comenta:

[...] O prefeito trouxe todo seu pessoal de fora (secretários), eles gastam seus salários fora, o que também faz falta à economia local. Acho que não foi por falta de pessoal qualificado aqui! Não existe uma representação do povo. A associação dos pescadores e as associações de bairros são lideradas pela prefeitura, os presidentes de muitas associações aqui recebem um salário mínimo pra isso! A escolha é democrática, mas não funciona se não for da prefeitura, porque sem recursos nada se faz. Como o pessoal quer melhorias em seus bairros, votam em quem tá na prefeitura. Há uma convivência total, uma mão única que prejudica o desenvolvimento da cidade e da expressão social do povo. Existe uma grande insatisfação da população com o poder local [...] (Entrevista de campo, 2006).

Uma parte dos recursos econômicos é detida pela elite política local, e, na percepção da sociedade, sem comunicação ou prestação de contas anuais à população³. No município há somente micro e pequenas empresas, com limitados recursos privados e incentivos públicos (financiamento, energia elétrica etc.) para o crescimento empresarial local.

A religião católica é predominante. Vale observar que, em todas as formas de discussão das atividades da Petrobrás no município, a crítica mais consistente parte das pastorais da igreja através de sua rádio e televisão em Coari. No entanto, as críticas estão voltadas a administração dos *royalties* recebidos e não à empresa Petrobrás.

A cidade de Coari possui uma extensão da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e outra da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para o ensino superior. A maioria dos cursos foram desenvolvidos para capacitar os professores locais. Esse fato tem se constituído em um dos principais problemas para o desenvolvimento da cidade, o que ocasiona a necessidade de estudar em Manaus, devido à inexistência de cursos específicos em áreas da saúde, tecnologia etc. Neste sentido, há expectativas com a inauguração do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), previsto para o final de 2007, planejado para atender as demandas do gasoduto, sendo o segundo implantado no Estado do Amazonas - depois da capital.

Quanto ao sistema de saúde, a assistência principal concentra-se na unidade mista de Coari. Apesar desta cidade ser um pólo que atenda a população dos municípios de Codajás, Anori e Tefé, e seu hospital ser considerado como um espaço físico requintado, segundo os moradores de Coari, faltam equipamentos, remédios e pessoal qualificado para trabalhar junto aos médicos. Situação que tem levado a população local à constante busca por tratamento fora do município, geralmente na capital, assim como o retorno dos médicos contratados em Coari para suas cidades. Nos bairros há postos de saúde apenas para a assistência básica, porém são inexistentes nos bairros recém-surgidos. Para sanar os problemas básicos, os ribeirinhos da área rural recebem atendimento, em alguns casos, através de três barcos que possuem equipamentos médicos e laboratórios.

De acordo com os dados levantados pela EMATER/AM (atualmente IDAM), Coari é o município que possui o maior número de comunidades rurais do Estado do Amazonas. São 287 comunidades criadas devido a uma decisão da prefeitura de instituir um salário mínimo para cada líder comunitário, o que gerou grande quantidade de interessados em ocupar tal posto. Macedo Jr., Secretário Municipal de Agricultura e Infra-Estrutural Rural de Coari, destaca que: “Duas ou três famílias residindo em uma área próxima é suficiente para se oficializar como ‘comunidade rural’ [...] Hoje ainda perdura esta decisão, trabalhamos para uma mudança neste sentido” (Macedo Jr., entrevista de campo, 2005). Desta forma, esse é um dos motivos para que grande parte da população esteja concentrada na zona rural.

3 Aspectos Físicos do Município de Coari

3 Segundo grande parte da sociedade local, todo tipo de expressão contrária ao poder municipal, recebe um tratamento negativo. Informam que o tribunal de justiça, a polícia, alguns sindicatos, etc. são coniventes com todas as atitudes do poder local. Situação que, em muitos casos, não ocorre em benefício da população.

O município de Coari, com seus 57.922 km², é maior que sete estados brasileiros (Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Espírito Santo). Situado a 463 km de Manaus (via fluvial) / 363 km (linha reta), é banhado pelo rio Solimões na direção oeste a leste e limita-se ao Norte com o município Codajás; ao Sul com o município de Tapauá; a Leste com o município de Anori; e a Oeste com o município de Tefé (Figura 1).



Figura 1: Estado do Amazonas
Fonte: Governo do Estado do Amazonas (2006).

O acesso à sede do município é feito somente por via aérea ou fluvial. Neste caso, para que se chegue à cidade de Coari é necessário viagem de barco, partindo de Manaus rio abaixo, durante 23 horas. Há um porto flutuante com estruturas metálicas para atracação de embarcações, embarque e desembarque de passageiros e cargas de mercadorias e produtos diversos. O transporte aéreo também parte de Manaus em viagem que dura cerca de 90 minutos (opção de transporte considerada “caríssima” pela população local).

Não há ligação rodoviária com a malha viária nacional ou com cidades vizinhas. O acesso às comunidades mais próximas também só é possível através de transporte fluvial. Neste sentido, se observa grande movimentação de barcos e lanchas na cidade (Figuras 2 e 3), com propaganda maciça, através de carros de som nas ruas, circulando com anúncios de horários de partida dos barcos, enfatizando a qualidade destes (segurança, alimentação, rapidez etc.), num processo de concorrência entre os fornecedores destes serviços.



Figuras 2 e 3: Transporte Fluvial em Coari.
Fonte: Fotos de Cláudia Soler (2006).

O meio fluvial é a principal forma de intercâmbio não material (informações) e material (mercadorias) entre Coari e o entorno, especificamente entre as cidades de Tefé, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Manacapuru, Iranduba e Manaus. Do fluxo constante de mercadorias, tem-se a farinha, pupunha, castanha, peixes, banana, açaí, e outras; bem como o próprio transporte do GLP (gás liquefeito de petróleo) e o petróleo, provindos do terminal Solimões por meio de balsas e transportados até Manaus.

Considerando também a proximidade da bacia hidrográfica com a sede do município, se observa, a exemplo de outras cidades da Amazônia, que toda a orla da cidade é constituída de casas flutuantes (Figuras 4 e 5) à beira do lago Coari com o rio Solimões, o que torna a cidade totalmente influenciada pelas atividades fluviais. Neste sentido, 95% da população é considerada ribeirinha por viverem às proximidades das águas.



Figuras 4 e 5: Casas Flutuantes em Coari.
Fonte: Fotos de Cláudia Soler (2006).

Segundo informações locais, o número de moradores neste meio aumentou consideravelmente com a presença da Petrobrás no município. Grande parte chega à cidade em busca de trabalho, contribuindo para o incremento demográfico. Preferem viver ao longo dos rios pela proximidade do alimento (peixes), a gratuidade do terreno e a localização próxima ao centro (evitando gastos com transporte). A maioria das pessoas residentes nestas palafitas são prestadores de serviços (domésticos, pesca e agricultura) ou estão envolvidas com o comércio informal.

4. Aspectos Econômicos do Município de Coari

As principais atividades econômicas do município estão concentradas no setor primário. A zona rural está dividida em 11 pólos agrícolas com 287 comunidades rurais, estimadas em 23 mil pessoas. Estes pólos estão distribuídos de acordo com a caracterização das localidades nos rios e lagos, e pela vocação cultural produtiva. Assim, a maioria dos produtores está localizada em área de várzea. Segundo informações, a maior parte da terra firme está nas mãos de latifundiários, o que caracteriza uma situação comum na Amazônia, onde a distribuição do espaço através da apropriação - que nem sempre é pelo trabalho -, reproduz a diferenciação entre classes sociais.

A cultura da banana é a de maior expressão do município, perfazendo em torno de dois terços da renda de produtos da agricultura, sendo, inclusive, exportada para Manaus. A relevância da banana era confirmada pela Festa da Banana, que acontecia anualmente na cidade, na primeira quinzena de dezembro⁴. Registram-se, contudo, outros produtos permanentes cultiváveis, tais como: laranja, cupuaçu, maracujá, limão, abacaxi, tangerina, melancia e guaraná. O principal produto sazonal cultivado é a mandioca, que, junto ao peixe, é o mais importante alimento básico na Amazônia. Coari exporta produtos agrícolas, como: cacau, pimentas-doce e murupi, abacaxi, guaraná, cupuaçu, melancia, pupunha e castanha.

Quanto ao *extrativismo*, o município é conhecido como um centro de coleta de Castanha-do-Pará, sendo este o principal produto extrativista do município (AMAZONAS, 1994)⁵.

Em entrevista com o Sr. Raimundo Nonato de Oliveira, morador do município⁶, este relata que já vivenciou em Coari grande produção de castanha, pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, dentre outros. Neste sentido, comenta:

As coisas mudaram muito aqui, hoje a produtividade do município é muito baixa. De forma geral, o município perdeu muito das suas características. Da década de 60 para 80 houve indústrias de sabão, guaraná, arroz e serrarias. Hoje só se fala em gás natural e petróleo (Entrevista de campo, 2005).

Apenas com a produção do município, Coari não pode suprir sua necessidade de carne de gado e de porco, sendo que 90% é importada da região do Baixo Amazonas, assim como dos Estados do Pará, Rondônia e Roraima.

No *setor pesqueiro*, além da pesca artesanal, registram-se alguns investimentos em pequenos projetos de piscicultura. Contudo, a maior parte da pesca no local é realizada informalmente, sem nenhum tipo de técnica mais aprimorada, como atividade de subsistência; e o excedente é comercializado nas feiras e mercados de Coari.

No setor secundário, segundo dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (SEBRAE/AM), embora a diversificação seja considerada relevante, há apenas 05 indústrias, o que torna pouco expressiva esta atividade em Coari. No entanto, cerca de 75% da produção industrial é comercializada no próprio município. Os 25% restantes destinam-se ao mercado estadual. Os insumos utilizados originam-se, na maior parte, de Manaus. Entretanto, a dificuldade de transporte intermunicipal constitui-se em um grande entrave à aquisição de matéria-prima e de material secundário, o que encarece o produto final e prejudica a competitividade no mercado. O mesmo ocorre com produtos importados de outros estados como: São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Há ainda as falhas no fornecimento de energia elétrica que, segundo a população, em muitos casos inviabiliza a continuidade ou a implantação de indústrias no município.

⁴ Atualmente a festa da Banana já não se faz presente no município devido a substituição pela festa do Gás.

⁵ No ano de 1995, o município de Coari foi considerado o maior produtor de Castanha-do-Pará do estado do Amazonas.

⁶ Nascido na cidade de Coari, exerceu vários cargos públicos como: Prefeito em 1964; dois mandatos como Vereador e Presidente da Câmara Municipal; Secretário de Educação, Administração e Serviços Urbanos.

O setor de serviços, embora contribua para a receita do município e para a elevação dos níveis de emprego e de renda, é incipiente. Uma grande parte das empresas desse setor encontra dificuldades em recrutar mão-de-obra local, devido ao baixo nível de qualificação dos profissionais locais. Em função disso, muitas pessoas desenvolvem atividades informais, principalmente o comércio ambulante. Contudo, com o aumento da produção de Gás de Urucu, resultante da construção do gasoduto Coari-Manaus, há perspectiva de maiores níveis de desenvolvimento dos setores de comércio e serviços, por meio de alguns projetos elaborados pela prefeitura, que visam adequar estes setores a essa nova realidade⁷.

4 Reflexos Sócio-Econômicos da Exploração do Petróleo e do Gás Natural na Cidade de Coari

A descoberta da província petrolífera de Urucu, no Amazonas, no dia 12 de outubro de 1986, respondeu a uma antiga indagação, mostrando, afinal, que há petróleo comercial na Amazônia. Segundo a Petrobrás (2006), além de comercial, o óleo é de elevada qualidade, muito leve e flui associado ao gás natural⁸.

O projeto de construção do gasoduto Urucu-Manaus foi planejado em duas etapas. A etapa inicial compreende o trecho Urucu-Coari (Figura 6), no qual o gasoduto foi construído no período de junho de 1997 a abril de 1999, sendo que a segunda etapa (trecho Coari-Manaus) esteve suspenso durante 04 anos, por ordem do Governo do Estado do Amazonas, por força das fortes pressões de grupos ambientalistas e comunidade local, e agora está em construção⁹. Esta etapa do gasoduto visa dar seqüência ao gasoduto existente e iniciar o processo de comercialização do gás em seu estado natural (BRASIL, 2000)¹⁰.

⁷ Informação obtida junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE).

⁸ Segundo a Petrobrás, na bacia de Urucu há reservas de gás natural em quantidade capaz de abastecer toda a região norte do país, e eventualmente outras regiões, podendo se tornar uma das principais fontes para a geração de energia elétrica na região amazônica.

⁹ Vale ressaltar que, segundo gerente de produção do Terminal Solimões, Marcos Sial, o poliduto Urucu-Coari (com 14" de diâmetro) foi utilizado por algum tempo para o transporte do gás liquefeito, do petróleo e da gasolina. Considerando que esse gás estava sendo contaminado pelo petróleo e tendo suas propriedades alteradas, a parafina do petróleo estava entupindo os bicos das botijas de gás residenciais e que a espessura desta tubulação não era adequada para esse gás. Hoje, o transporte dos produtos é separado por um gasoduto de 18" de diâmetro (produz a pressão de 60 kg). Ainda assim, esta espessura é apropriada para o gás natural e não para o liquefeito. Neste sentido, o que se planeja é construir outro gasoduto para o gás liquefeito (que deve ter a espessura de 10") e utilizar este existente para o gás natural, dando continuidade desta tubulação até a refinaria de Manaus (REMAN).

¹⁰ Segundo o mesmo gerente, o que se produziu até hoje desta reserva foi petróleo e gás natural que é processado através da transformação de sua fórmula [C1 (etano)+C2(metano)] para a fórmula de gás liquefeito de petróleo [C3 (propano)+C4 (butano)] na unidade de produção do Urucu. O gás natural sem nenhuma alteração começará a ser aproveitado a partir da construção do gasoduto Coari-Manaus, que servirá para o gás liquefeito de Urucu-Coari e a continuidade do gasoduto hoje existente do terminal de Solimões para Manaus que servirá para o transporte exclusivo do gás natural.

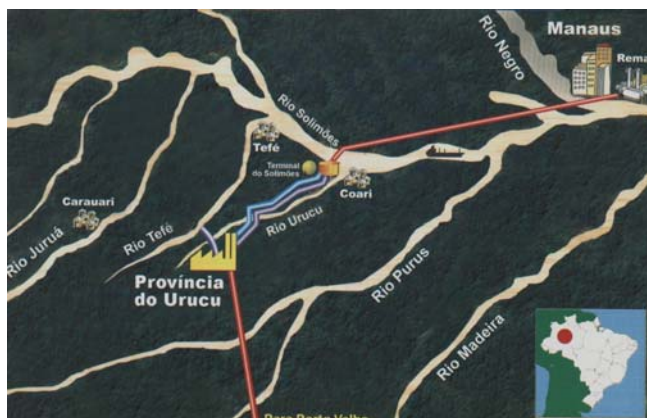


Figura 6: Gasoduto Urucu-Manaus.
Fonte: Petrobrás (2003).

Para escoar o óleo produzido em pleno coração da Amazônia, foi necessário montar uma estrutura especial que ficou a cargo do Departamento de Dutos e Terminais do Norte e Nordeste (Dtnest), numa região em que não há estradas, só rios. Estes praticamente desconhecidos até a chegada da Petrobrás na região, porque não existem cidades em suas margens, somente na foz. O projeto de desenvolvimento de Urucu foi condicionado, assim, pelas limitações de escoamento, conduzindo a Petrobrás a fazer, na prática, a história da navegação dos rios Tefé e Urucu (PETROBRÁS, 2005).

A expectativa que essa descoberta trouxe foi muito grande. Com o início da construção do poliduto Urucu-Coari e do Terminal de Solimões (Figuras 7 e 8), em 1996¹¹, a estrutura da Petrobrás e das empresas que realizaram os mais diversos trabalhos terceirizados, se instalaram no município de Coari gerando empregos, estimulando o comércio e proporcionando melhorias em sua infra-estrutura, processo acompanhado de um grande fluxo migratório e problemas sociais.

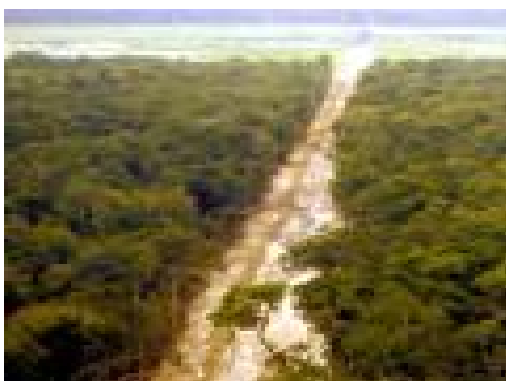


Figura 7: Poliduto Urucu-Coari



Figura 8: Terminal Solimões/Coari

Fonte: Petrobrás (2004).

¹¹ O Município de Tefé reivindicou estar em seu território o petróleo, fato que foi imediatamente esclarecido pelo IBGE, o qual atestou que o local da descoberta encontra-se totalmente em solo coariense. Em julho de 1988, teve início à produção de petróleo com cerca de três mil barris/diários do poço I-RUC-I-AM. Durante 10 anos a Petrobrás permaneceu no município de Tefé.

O cotidiano da população mudou bastante, a motivação causada pela presença das empresas movimentou os mais diversos setores da economia local. O comércio aumentou seus investimentos, diversificando seus produtos; os hotéis foram reformados e suas instalações ampliadas, alguns alugaram o prédio inteiro. A procura por moradias foi tão grande que famílias saíram de suas casas para alugá-las; os restaurantes também sofreram ampliações e reformas, se modernizaram e diversificaram o cardápio para atender melhor aos novos clientes. Alguns se tornaram fornecedores de alimentos nos locais das obras.

Mesmo que limitado ao período de construção do gasoduto, houve um aumento no número de empregos para a mão-de-obra local. Os cargos que exigiam maior qualificação, como de técnicos e especialistas, foram ocupados por trabalhadores vindos de outras partes do país devido à precariedade de mão-de-obra qualificada na cidade. Em torno de 1.800 pessoas foram contratadas em empregos diretos no período de janeiro de 1997 a julho de 1998. A proporção aproximada de um emprego direto para três indiretos acarretou, como consequência, cerca de 5.000 trabalhos indiretos (PETROBRÁS, 2003).

Quanto à infra-estrutura urbana, ruas foram abertas e asfaltadas. As já existentes receberam novo asfalto, meios-fios foram construídos, a iluminação elétrica foi ampliada a lugares que antes não havia; o consumo de água fez crescer a perfuração de poços tubulares, uma vez que a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) não atendia mais a demanda; praças e jardins foram construídos (Figuras 9 e 10).



Figuras 9 e 10: Centro de Coari
Fonte: Fotos de Cláudia Soler (2006).

A urbanização, vista como “modernização”¹², pode ser confirmada por meio da percepção da população que vivia em Coari antes da presença da Petrobrás e pela população que chegou após a instalação do projeto de exploração de petróleo e gás natural. Assim, os diferentes grupos, quase em

¹² O entrelaçamento entre o tradicional e o moderno tem marcado a paisagem social desde o início da colonização até os dias de hoje. Entende-se, para efeito de análise, um modo de vida baseado essencialmente na estrutura social familiar e numa economia de subsistência de fraca integração mercantil; já o moderno, compreendemo-lo em oposição ao tradicional, ou seja, baseado na funcionalidade social capitalista, de origem urbana e metropolitana para a pós-modernidade e a sociedade de informação (STOCKINGER, 2001).

sua totalidade (Gráficos 1 e 2), consideram que a cidade se “modernizou” com a presença da Petrobrás.

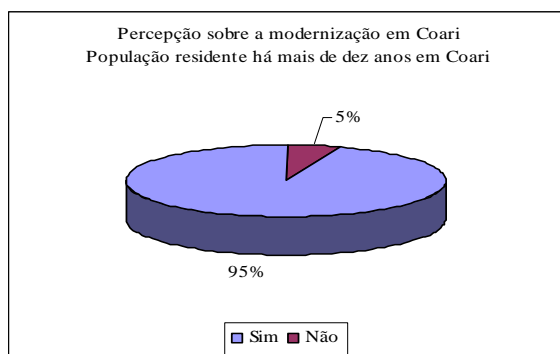


Gráfico 1: População residente há mais de dez anos em Coari.

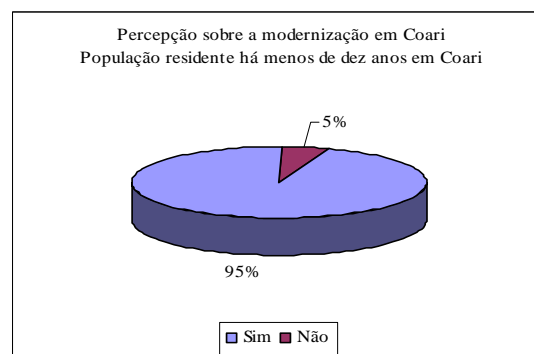


Gráfico 2: População residente há menos de dez anos em Coari.

Fonte: Cláudia Soler, trabalho de campo (2006).

As benfeitorias mencionadas, dentre outras realizadas na cidade, provêm do valor médio mensal de R\$3.750.000,00 de *royalties* repassados à prefeitura municipal de Coari pela empresa Petrobrás. Tais valores estão sujeitos a alterações de acordo com o que foi produzido em cada mês. No entanto, observa-se um significativo crescimento anual da arrecadação desses valores (Quadro 1). Com a produção do gás natural em nível comercial, viabilizada pela construção do gasoduto Coari-Manaus, esses valores serão alterados devido a maior produtividade.

Quadro 1: *Royalties* repassados à prefeitura municipal de Coari

Arrecadação Anual Líquida em Coari (em R\$ 1,00)					
1994	1995	1996	1997	1998	1999
871.188,52	1.428.708,77	3.454.154,58	7.146.859,54	8.300.927,64	7.117.618,53
2000	2001	2002	2003	2004	2005
15.449.356,06	19.143.801,10	22.405.387,67	29.018.847,10	37.547.252,94	46.608.715,17

Fonte: Agência Nacional do Petróleo (2006).

Toda a infra-estrutura criada no município, desde o ano de 1996, teve a participação da Petrobrás. Todas as secretarias desenvolveram projetos a partir desta época, contando com a participação desta empresa. No entanto, segundo os trabalhadores de Coari, as benfeitorias que se encontram na cidade não correspondem ao montante da arrecadação advinda da exploração de seus recursos naturais. Sendo que os investimentos deveriam priorizar a resolução dos problemas sociais decorrentes da migração ocasionada pela presença da Petrobrás no local.

Com o término da obra do gasoduto Urucu-Coari, a dinâmica espacial pós-construção foi marcada pela desmobilização ou retirada de muitas empresas da cidade, ocasionando um recuo significativo em indicadores econômicos através de um refluxo substancial da força de trabalho relacionada às atividades diretas e indiretas do empreendimento; diminuição de vendas e de queda na

renda familiar. Houve também uma redução nos trabalhos de urbanização e nos serviços em geral. Assim, a infra-estrutura física, social e econômica, então construída em torno do projeto, além dos carentes serviços públicos, sofre um processo de depauperamento.

Em matéria de geração de empregos para a cidade, restaram pequenas obras que perduraram durante os anos de 2000 a 2005 (período intermediário entre a construção dos gasodutos Urucu-Coari e Coari-Manaus) em empresas terceirizadas para atividades voltadas ao Terminal Solimões, dentre estas: a L.R. Segurança, Ravele, Siclo, Alpina, Marenostrum, Blits, Serv Fácil Ltda, Protam, Costa Rica, Navecon, Tenasa, Servis Segurança, Parente Andrade, ACE, Worktime, ACVTECLINE, STEEL, ADEFA, Protam, Amazon Security, AHG Navegação e Alpina Briggs. Estas empresas são responsáveis pelas atividades de segurança operacional do terminal e de navios, apoio administrativo, apoio operacional, instruções de ginástica, serviços gerais, defesa ambiental, alimentação, hotelaria, serviço de manutenção e serviços de borrifação, dentre outras (PETROBRÁS, 2006)¹³.

Estas empresas, incluindo a Transpetro S/A (representante da Petrobrás em Coari), mantêm uma média mensal de 210 pessoas empregadas, com baixa qualificação, pertencentes ao município de Coari, com renda mensal em torno de 1,5 salário mínimo. No quadro efetivo da Petrobrás, nenhum empregado é do próprio município de Coari, pelo fato desta empresa necessitar de técnicos altamente especializados, voltados ao processo produtivo do petróleo e do gás. Conclui-se que os empregos gerados por esta empresa no município são indiretos, conduzidos através das terceirizadas.

A cidade, em 1980, era ocupada por 14.787 habitantes, mas a partir das primeiras atividades relacionadas à extração de petróleo e gás, sua população residente aumentou consideravelmente, atingindo, em 2005, 49.633 habitantes, o que significa um crescimento superior a 300% em apenas 25 anos. Vale observar que o percentual de crescimento populacional como um todo (cidade e campo) foi de -9% no período de 1980-1991 (antes do projeto); e de 73% de 1991 para 2000 (inclui o período das obras do gasoduto). No período 2000/2005 o crescimento foi de 26% (período intermediário entre a construção dos gasodutos Urucu-Coari e Coari-Manaus). Os dados levam ao entendimento de que o incremento populacional da última década esteve diretamente relacionado à intensificação das atividades da Petrobrás com a construção do gasoduto Urucu-Coari¹⁴, conforme indicam as pesquisas (Quadro 2).

Quadro 2: Evolução Anual da População de Coari

Ano	Zona Urbana	Varição (%)	Zona Rural	Varição (%)	Total	Varição (%)
1980	14.787	-	27.825	-	42.612	-
1991	19.966	35%	18.806	-32%	38.772	-9%
1996	27.147	36%	16.180	-14%	53.327	38%

¹³ Informação obtida por meio de documentos cedidos pela empresa em maio de 2006.

¹⁴ A maioria dessas pessoas provem de Tefé, Codajás, Manaus, Pará e Manaus (SINE/Coari, 2005).

2000	39.504	46%	27.592	71%	67.096	26%
2005	49.633	26%	34.676	26%	84.309	26%

Fonte: IBGE (2005).

Dos trabalhadores que migraram para Coari¹⁵, 33% vieram em busca de trabalho direto ou indireto relacionado ao projeto de exploração de petróleo e gás natural (Gráfico 3). Observa-se que muitos dos que chegaram por motivos familiares, acompanhavam parentes ligados ao projeto Urucu¹⁶. Desta forma, se infere que 63% dos trabalhadores (6% [-2 anos], 9% [+2 anos], 12% [3 a 5 anos], 30% [5 a 10 anos] e 6% [10 a 15 anos]) têm menos de 15 anos no local (Gráfico 4), o que compreende ao período da instalação da Petrobrás em Coari.

Hoje, 80% dos empregos no SINE/COARI estão direcionados à segunda etapa do projeto (gasoduto Coari-Manaus). Muitos destes trabalhadores participaram das obras do gasoduto anterior e permaneceram na informalidade; outros ficaram desempregados; há ainda aqueles que estão trabalhando com carteira assinada, mas gostariam de voltar a trabalhar no gasoduto; e alguns que retornaram para suas cidades e estão novamente em Coari na esperança de conseguir trabalho nestas obras¹⁷.

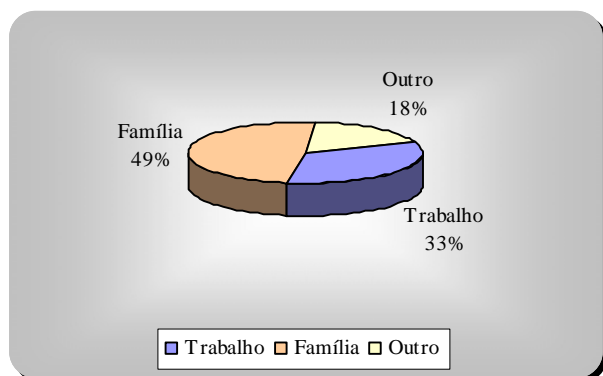


Gráfico 3: Motivo da Vinda a Coari

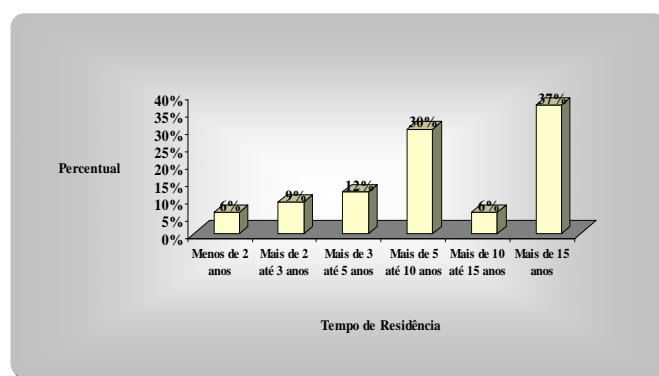


Gráfico 4: Tempo de Residência dos Migrantes em Coari

Fonte: Claudia Soler, nota de campo (2006).

¹⁵ Segundo a população local, as pessoas vinham de diversos lugares como: Manaus, Belém, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão e outros Estados, assim como, de outros municípios do Estado do Amazonas.

¹⁶ Segundo o morador José da Silva, “[...] a propaganda desmesurada que fez com que o pessoal chegasse antes do emprego, ocasionando uma ocupação desestruturada e uma desorganização estrutural. Assim, a favelização veio com o petróleo e com o gás [...]” (Entrevista de campo, 2006).

¹⁷ 80% respondem “sim” quando interrogados se há preferência para trabalhar no gasoduto. Muitos foram treinados por instituições parceiras do projeto Urucu em Coari, tais como: SDS, SENAI, CEFET, SETRASE.

A migração exacerbada resultou na expansão da cidade, que, em 1980, se restringia a parte central, compreendendo o centro mais os bairros do Espírito Santo, Chagas Aguiar, Santa Helena e Tauamirim. Em 1990 ocorreu a construção dos conjuntos populares Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado do Amazonas (IPASEA) e Sociedade Habitacional do Estado do Amazonas (SHAM) e a expansão da cidade para além do Igarapé do Espírito Santo, com o surgimento dos bairros Sham, União, Urucu, Duque de Caxias, Santa Efigênia e Itamarati. Até 1996 surgiram os bairros Amazonino Mendes e Pêra. Mais recentemente, os bairros Pêra II e III. Segundo a sociedade local, esses bairros foram abertos e urbanizados de forma descontrolada e sem um planejamento adequado. Conforme expressou-se o bispo local, Don Gutenberg Regis: "Coari era um canteiro de obras".

Considerando uma analogia com outros grandes projetos desenvolvidos na Amazônia, pode-se afirmar que a cidade de Coari sofreu graves conseqüências sociais¹⁸ resultantes do projeto de exploração de petróleo e gás natural. Conforme relato de uma moradora:

Coari era uma cidade extremamente tranqüila, onde se podia colocar uma cadeira na porta de casa para conversar com os vizinhos ou até mesmo deixar as portas abertas para ir à feira. A gente podia confiar mais nas pessoas [...] (Selionete, entrevista de campo, 2005).

As transformações que ocorreram em Coari também se estenderam ao descontrole no consumo de drogas; na violência, principalmente entre os jovens; no aumento de DST/AIDS (inclusive infantil); prostituição, incluindo a infantil; e outros (AB'SABER, 1996) (Gráfico 5). Fato observado e sentido tanto pela população que já estava em Coari antes da Petrobras, quanto pelos novos residentes (aqueles que chegaram depois da instalação do projeto).

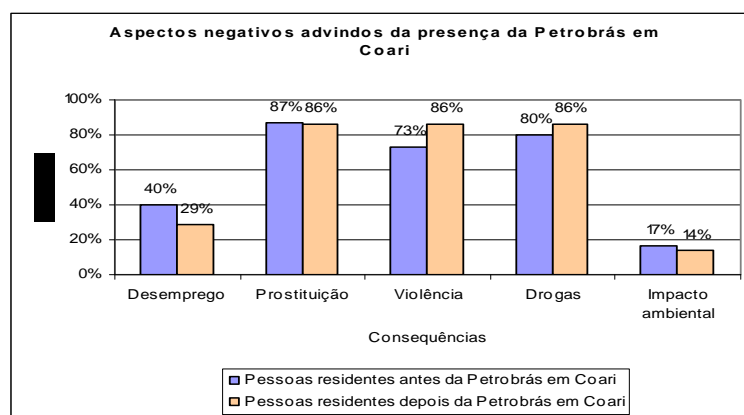


Gráfico 5: Aspectos negativos advindos da presença da Petrobrás em Coari

Fonte: Claudia Soler, nota de campo (2006).

¹⁸ Foram prevista pela Petrobrás em Audiência Pública para a construção do gasoduto Urucu-Coari: Possibilidade de desarticulação das relações sociais e das culturas das populações locais, com reflexo nos níveis de emprego e, em conseqüência, nos de violência, prostituição e conflitos sociais.

Observa-se que os programas sociais, a saúde e o emprego são mais percebidos pelas pessoas mais antigas no município, enquanto que a educação e as melhorias na infra-estrutura são mais percebidas pelos novos residentes.

O desenvolvimento também trouxe consigo o seu lado negativo, sendo que o social não acompanhou o econômico, a exemplo de outros projetos na Amazônia como a Mineração Novo Astro (MNA); Garimpo Mutum e Lourenço, com relações tensas entre empresa e garimpeiros, além das evidências de enorme degradação ambiental e social; Mineração Yokio Yoshidome S.A., exploração do manganês na Serra do Navio com graves impactos sócio-ambientais; CVRD – tanque de rejeito de ferro no Igarapé Gelado, palco de convivência conflituosa entre a CVRD e colonos; CVRD – década de 80 – exploração do ouro na serra dos Carajás, com fortes conflitos entre União, Estado do Pará, CVRD e garimpeiros, além dos impactos sociais, econômicos e físico-ambientais. Assim, se retoma o grande hiato do despreparo dos vários agentes gestores na administração pública, onde se verifica que o fluxo de informações e a circulação de bens e serviços passam pelas mãos de poucos, geralmente o grupo dominante.

O relato feito por Luiza Magalhães, assistente social, residente em Coari, e que trabalhou no projeto “*Cunhatã-Curumin – Prevenção de Drogas e Prostituição Infantil – Masculina e Feminina*”, no ano de 1998, registrou um pouco da realidade vivida na cidade, a saber:

Foi muito triste ver que muitas das crianças que conheci, que participaram do projeto, morreram por doenças sexualmente transmissíveis, inclusive AIDS, por brigas de galeras ou pela própria polícia. A pobreza é grande aqui, as meninas se prostituem por banana frita, dindin ou um refrigerante nos camarotes dos barcos, com homens que chegam na cidade. Inclusive na esperança de levá-las daqui. Algumas saem, depois descasam e voltam para Coari, à marginalidade, às drogas [...]. Vi meninas com 10, 11 anos perderem o útero e ovário [...], aqui é quase comum crianças com 12 anos tendo filho. Muitas vezes, elas investem na gravidez como poupança, depois o menino fica para mãe, avó [...] (Entrevista de campo, 2005).

Outra situação relatada foi a violência entre jovens, principalmente nos bairros mais pobres:

É difícil criar filhos aqui, porque as autoridades não se preocupam com as crianças, o conselho tutelar não funciona [...] existe muita violência entre os jovens e com grande requinte de crueldade, é com pauladas, promessas de cortar a cabeça, garrafas quebradas [...] (João da Silva, entrevista de campo, 2005).

Neste contexto, sobre as consequências sócio-ambientais provocadas pela migração na cidade, a Secretária de Ação Social da Prefeitura de Coari, Joelma Aguiar, relata:

Hoje trabalhamos com 22 programas sociais que atendem a população desde o nascimento até a morte. Mas por mais que façamos, nunca é suficiente devido à migração e aos municípios vizinhos serem extremamente carentes e dependerem

dos programas daqui, o que dificulta o trabalho da prefeitura. A população que era de 67.000 habitantes em 2000 passou para 82.000 em 2004. Neste sentido, também cresce o número de usuários de drogas, prostituição infantil etc. (Entrevista de campo, 2005).

As ações da Petrobrás no município de Coari têm contribuído em maior e menor grau para com a prefeitura, de forma geralmente não sistemática, mediante auxílio para os setores de infraestrutura e serviços. Entretanto, essas colaborações são paliativas, não equacionando as carências existentes, interferindo na administração municipal apenas de forma indireta. Observa-se também certa disponibilidade da Petrobrás em relação às necessidades da população próxima ao terminal Solimões e da cidade de Coari, como: atendimentos médicos no terminal; doação de equipamentos a unidades de saúde; doação de equipamentos para escolas próximas ao terminal; construção de unidade de tratamento de água para uma vila próxima ao terminal; doação de um caminhão de bombeiros; distribuição de presentes de natal para as pessoas desta localidade, dentre outros.

Quanto aos projetos que a Petrobrás desenvolveu em Coari, chama a atenção: a reforma da pista de pouso do aeroporto de Coari e parcerias para a qualificação de pessoal no período das obras, bem como ações de mitigação dos impactos causados. No entanto, a maioria visava o melhor desempenho de suas atividades, assim como, “atender ao Sistema de Gestão Integrada (SGI)”, ou seja, atender aos procedimentos previstos para a obtenção ou manutenção do sistema de certificação ISO 14000, em uma meta que teriam que cumprir, independente da preocupação ambiental ou social com a cidade.

Contudo, analisando as ações desenvolvidas em Coari, podemos observar que, embora alguns projetos tenham sido realizados especificamente para as necessidades de logística da Petrobrás, de certa forma, também contribuíram para a melhoria do Município, sendo de relevância para a cidade. Entretanto, boa parte desses projetos foram de curta duração, se observarmos pela ótica dos bens naturais extraídos, dos recursos financeiros gerados e do passivo deixado à cidade.

Os problemas econômicos e sociais se tornam agravantes quando a população e a sociedade em geral não sentem o investimento do retorno econômico da exploração de um recurso natural. Vale ressaltar que o controle e a distribuição dos *royalties* está sob a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP). No entanto, pouco se sabe a respeito da aplicação que os beneficiários do poder público fazem desses recursos. Não há legislação que defina ou obrigue a priorização do uso dos *royalties* em determinados setores. Portanto, a aplicação desse recurso fica à margem de decisões democráticas que visem o interesse coletivo.

Desta forma, se os números e porcentagens parecem muito bem definidos e o pagamento de *royalties* uma obrigação revalidada pela Constituição Federal de 1988, o destino que é dado a esse dinheiro pelos estados e municípios ainda é uma incógnita¹⁹.

¹⁹ Para o jurista e professor de direito ambiental Paulo Affonso Leme Machado, a lei deveria ser mais clara quanto ao que deve ser feito com os recursos advindos de *Royalties*. Nesse sentido relata: “A lei não pode deixar essa questão para ser resolvida da forma que convém aos municípios e estados. É lamentável que nenhuma lei seja explícita sobre o assunto, porque dessa forma não há compromisso para que o dinheiro seja aplicado em melhorias ambientais”.

Situação que tem gerado muita discussão nos diversos eventos ocorridos, principalmente a partir da instalação do poliduto e do Terminal Solimões. Segundo dados da Secretaria Estadual de Fazenda, nos últimos três anos (2003, 2004 e 2005) Coari foi um dos municípios do Amazonas que mais participou nos impostos (Gráficos 6 e 7). Apresentando em 2005 a terceira maior participação anual no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do Estado (R\$39.036.588,81) e a terceira maior arrecadação anual de *royalties* (R\$ 612.307,64). Desse modo, tem também uma das maiores rendas *per capita* do Brasil, algo em torno de R\$ 1.167,00 (hum mil, cento e sessenta e sete reais), com uma população de 84.309 habitantes, conforme estimativa do IBGE em 2005.

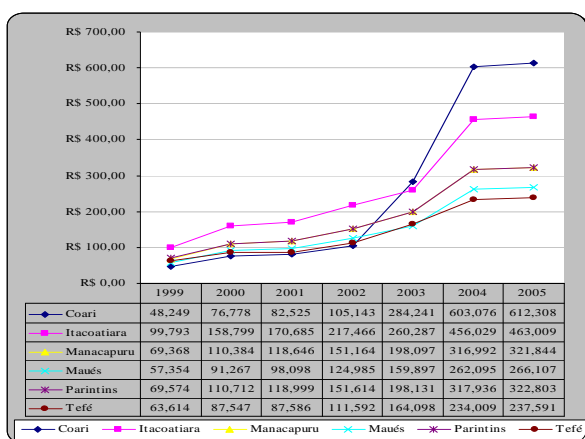


Gráfico 6: Participação dos Municípios nos *Royalties* – Estado do Amazonas (1999 – 2005) em R\$ 1.000,00.

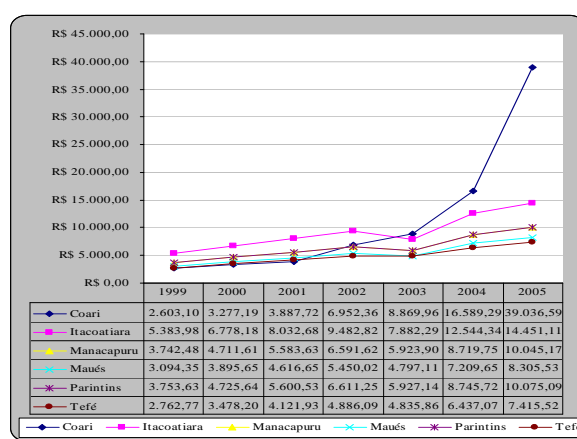


Gráfico 7: Participação dos Municípios com Arrecadação de ICMS – Estado do Amazonas (1999– 2005) em R\$ 1.000,00.

Fonte: Elaborado por Cláudia Soler, a partir de dados da SEFAZ/Amazonas (2006).

Pelos dados do gráfico, se exclui apenas a capital Manaus e o município de Presidente Figueiredo, por apresentarem arrecadações totalmente desproporcionais aos outros municípios. É possível aferir que os valores são crescentes e bastante significativos para a arrecadação do município. Entretanto, a sua aplicação não é sentida, sendo alvo de manifestação de descontentamento por segmentos da sociedade local e também de denúncias constantes na imprensa, como a citada no jornal *A Crítica*:

É cada vez mais preocupante a forma pouco zelosa com que as prefeituras amazonenses fazem uso dos *royalties* que recebem por diferentes atividades econômicas. O caso mais gritante parece ser o de Coari, onde é muito pouco visível a injeção daqueles recursos [...] (*A Crítica*, 2000, p. 4).

A exploração do gás natural está prevista para um período de aproximadamente 40 anos (embora haja controvérsias de que seja apenas a metade deste período), e do petróleo, apenas 5 anos. Isto significa que os recursos recebidos hoje pelo município tendem a diminuir em curto e médio prazo, cabendo a indagação que comumente é feita pela sociedade coariense: *como vai ficar o povo de Coari com o inchaço populacional e sem os royalties?*

As interrupções de energia elétrica na cidade têm dificultado, sobremaneira, a instalação de indústrias no local, assim como a falta de investimentos no setor rural e pesqueiro tem dificultado a resolução do problema do desemprego provocado pela migração desordenada. Neste sentido, o Bispo Don Gutenberg Regis faz a seguinte colocação:

Em nossa região há um número muito elevado de pessoas que vivem em condições desumanas de sobrevivência. Isso acontece porque a sociedade está estruturada de acordo com o poder econômico. Os projetos de “desenvolvimento” implantados na região só visam ao enriquecimento de grupos e à exploração do trabalhador. Os governantes usam o poder para controlar a vida do povo em prol de seus interesses pessoais. Verbas públicas mal distribuídas e desviadas para atender a interesses da classe dominante, quando deveriam ser utilizadas para atender às necessidades básicas do bem comum; o produto do homem do campo é desvalorizado; mão de obra barata; salário de fome [...] (Entrevista de campo, 2005).

Há indícios da reprodução de uma sociedade dualista, com uma minoria beneficiada versus maioria cada vez mais marginalizada, fato que talvez seja consequência das mencionadas irregularidades administrativas de toda sorte, de corrupção, desvio de dinheiro público, licitações fraudulentas e obras fantasmas que frequentemente têm sido divulgados na imprensa local e estadual. Diante de tais situações, emerge um questionamento: *qual o papel da Petrobrás do ponto de vista social na região?* Torna-se relevante a participação da empresa junto à sociedade civil por meio da formação de comitês locais para o acompanhamento da aplicação dos *royalties*.

Atualmente, vive-se, no município, o clima das evoluções tecnológicas que despontam em função da exploração de petróleo e de gás natural. A modernização em Coari, na sua forma e alastramento, associada às decisões do poder local, têm causado a regulamentação do novo, destituindo vivências que, não raro observado, têm dado lugar a um profundo vazio na razão humana do local.

Assim sendo, e na mesma direção, emerge uma preocupação com o futuro de Coari, fundamentada na compreensão de que esse município é representado pelo desprovimento da preservação das identidades, da cultura e das tradições locais. No entanto encontramos, no grupo de pessoas de idade madura²⁰, os grandes detentores da história tradicional e social do lugar, são aqueles que apresentam idade igual ou aproximada à emancipação política da cidade (1932).

Alheios às atividades sociais, findam sendo excluídos das representações sociais, permanentemente. Desta forma, a história oral deste local se perde. Por seu turno, enfraquece a identidade na continuação do viver (pela falta do sujeito do passado que esteve no momento em que a história aconteceu), o que é reforçado pelo processo de modernização.

²⁰ A PNAD-IBGE (2003), mostra um curioso dado referente a essa parcela da população: do total de 75.850 habitantes, há no município de Coari apenas 2.917 pessoas acima de sessenta anos de idade. Apenas nessa diminuta população se encontra a preservação da memória do município.

²¹ Para Carleial (1997), a subcontratação (terceirização) pressupõe, teoricamente, uma relação contratual que pode ser estabelecida formal ou informalmente. Sua prática pela subcontratação visa a externalização de riscos e de custos trabalhistas; a redução do tamanho da planta; a revitalização da empresa pelo estabelecimento de novas relações e a reconstituição da produção.

Neste sentido, para que se possa compreender a estrutura das manifestações simbólicas de uma sociedade é necessário que se observe a correspondência entre símbolos, línguas e/ou linguagens e as estruturas sociais, correspondência que não é mecânica. Para entender o comportamento diferenciado das pessoas, é preciso, em primeiro lugar, compreender o plano simbólico. Assim, Bourdieu (2000, p. 48) observa que:

[...] é na prática, individual ou coletiva, que são geradas as estruturas sociais – como os campos sociais e as oposições segundo as quais eles se organizam – e que se constituem (por aprendizado) as estruturas cognitivas, os esquemas de pensamento, de percepção e de ação que orientam a prática.

O enfraquecimento das estruturas de manifestações simbólicas em Coari se revelaram, por exemplo, na descontinuidade do Festival Folclórico que teve seu último evento (XVIII Festival Folclórico de Coari) em 1993, incluindo o declínio de uma das mais belas expressões culturais do município: a sistemática disputa entre os bois bumbás adultos e mirins, e variadas danças e quadrilhas. Bem como a descontinuidade da festa da banana, como já informado, foi substituída pela festa do gás - que não é produzido por seus habitantes, apenas retirado de seu subsolo por uma grande empresa, como declarou o Sr. João da Silva, morador do município:

Coari hoje é praticamente uma cidade sem história. A cultura de Coari está na cabeça das pessoas antigas que estão morrendo e ninguém se preocupa em fazer um acervo cultural antes disso, para a posteridade. A gente vê apenas alguns focos de cultura, mas é uma cultura sistematizada. O povo não mantém nenhuma tradição, nenhuma identificação cultural. Trocaram a festa da banana, que era do produtor de Coari, pela festa do gás, que é apenas do solo de Coari, mas não do nosso povo. Esta festa não identifica o nosso povo. Não é da alma do povo [...] (Entrevista de campo, 2005).

Conclusão

A presença de um novo ator empresarial em um dado território se constitui em foco de transformações. Pode-se afirmar que o município de Coari vivencia, atualmente, problemas sócio-econômicos de diversas naturezas, que surgiram devido à migração exacerbada pela busca de trabalho/emprego em atividades relacionadas direta ou indiretamente ao projeto da Petrobrás.

Esta empresa se constitui em um paradigma de empresa estatal, nascida em condições políticas tais que os recursos de autoridade e de alocação determinaram uma autonomia considerável no âmbito jurisdicional, conferindo-lhe uma identidade “política” (ALVEAL CONTRERAS, 1994). Por outro lado, possuindo autonomia “gerencial”, seus dirigentes determinam os meios para realizarem projetos de forma independente, neutralizando ou reduzindo, substancialmente, a interferência externa. Assim, a face empresarial da Petrobrás assegura-lhe autonomia gerencial para a expansão de suas atividades. Nesse contexto, a empresa atua como uma empresa privada que visa o lucro, e para isto, emprega

diversas técnicas gerenciais de grandes multinacionais. Dentre essas técnicas, a Petrobrás adota a terceirização como forma de externalizar suas atividades básicas e temporárias, que requerem baixa qualificação²¹. Ao terceirizar, a Empresa se distancia da sociedade trabalhadora de Coari, ou em outros termos, a Petrobrás não interage com os trabalhadores do município, não se constituindo em elemento integrante daquela sociedade.

A produção de petróleo e de gás em Coari (potencialidades, em termos de recursos naturais) não gerou melhorias na qualidade de vida da população, a geração de renda não significou geração de empregos. Assim sendo, a Petrobrás representou um enclave no município. A maioria das atividades relacionadas ao projeto Urucu, disponíveis para os trabalhadores em Coari (migrantes ou nativos), foram temporárias, restritas ao período da construção do gasoduto Urucu-Coari e direcionadas às atividades do gasoduto; sendo que a construção do segundo gasoduto (Coari-Manaus) tem exercido menor influência em termos de disponibilidade de postos de trabalho para Coari devido sua localização. Ou seja, este gasoduto apenas se inicia no município, não estando totalmente inserido em sua área geográfica.

O mercado informal em Coari foi, em grande medida, a alternativa para a população migrante não empregada no gasoduto, agravando as relações precárias do mercado de trabalho. Deste modo, conformaram-se contextos de desproteção social, de instabilidade e de fragilidade da relação salarial; embora os atuais programas de governo voltados ao mercado de trabalho sejam incipientes, se mostram como intenções estratégicas de adaptação à realidade vivenciada pela cidade. No entanto, a situação da cidade assemelha-se aos processos globais, no qual o crescimento generalizado de práticas de flexibilização nas empresas tem sido condicionado por processos externos, tais como a demanda de qualificação da rede de clientes e a internacionalização do mercado. Assim, o que se evidencia, aqui também, é a mudança no contrato de trabalho, a redução do emprego, o fortalecimento do trabalho temporário e a informalização do trabalho. Os impactos verificados sobre o mundo do trabalho, como o aumento do desemprego e o surgimento de modalidades precárias de ocupação, têm relançado a discussão sobre os modelos de desenvolvimento e os princípios de racionalidade da ação e da eficiência, acompanhando, assim, o desenvolvimento do sistema produtivo em um mercado mundializado (CASTRO, 1997).

Na mesma direção, pode-se afirmar que as expectativas de trabalho não atendidas em Coari geraram mudanças no perfil do trabalho local. O mercado de trabalho que antes era voltado com grande destaque para o setor público, embora ainda o seja, a partir do projeto de exploração do petróleo e do gás natural, direcionou-se com maior intensidade para a informalidade, cujas atividades não apenas cresceram, mas também se diversificaram - o que pode ter conferido uma nova caracterização à população trabalhadora de Coari.

²¹ Para Carleial (1997), a subcontratação (terceirização) pressupõe, teoricamente, uma relação contratual que pode ser estabelecida formal ou informalmente. Sua prática pela subcontratação visa a externalização de riscos e de custos trabalhistas; a redução do tamanho da planta; a revitalização da empresa pelo estabelecimento de novas relações e a reconstituição da produção.

Por outro lado, o grande fluxo de migrantes conferiu à Coari novas configurações sociais, diversificando culturalmente os seus habitantes, de forma que os símbolos, os valores e as crenças se mesclaram, dando um caráter diferenciado ao lugar e esvaindo a cultura tradicional local, o que implica em alterações na sua identidade ao mesmo tempo em que as tradições não se mantiveram devido à fragilidade das suas redes sociais.

Essa transformação teve como ator principal a empresa Petrobrás que, ao se inserir em um município ribeirinho com todo o seu aparato tecnológico e com os repasses de recursos financeiros, ocasionou, indiretamente, o delineamento de novas dinâmicas demográficas, tendo o Governo do Estado do Amazonas envolvimento direto devido a realização de intensas propagandas sobre o gasoduto. Com intenções políticas, o governo acabou acarretando tensões sociais e conflitos que se revelaram no contexto das relações entre prefeitura e sociedade local, diante das diversas expectativas não atendidas.

Observa-se que o poder local não investe em ações no sentido de manter as tradições, assim, pode-se avaliar que esses impactos não se referem, de forma exclusiva, a presença da Petrobrás e a exploração do petróleo e do gás natural no município. Mas, também, ao descaso do poder local com relação à preservação das tradições culturais da cidade. Significa dizer que os investimentos dos *royalties* e ICMS se direcionam, com maior intensidade, à infra-estrutura urbana.

Uma vez que os *royalties* são baseados num recurso não-renovável, torna-se também necessária uma reflexão sobre as alternativas de fortalecimento e diversificação produtiva da região, o que provavelmente asseguraria a sustentabilidade do município, entendida como portadora de diferentes dimensões. Em outras palavras, o investimento no processo produtivo, essencial para a sustentação do componente econômico do desenvolvimento, não se efetivou. Certamente, o que se configura é a ausência de uma visão de futuro por parte do gestor municipal ao não empreender na vocação tradicional de Coari.

Diante deste cenário, os conflitos relacionados ao projeto da Petrobrás em Coari tiveram a prefeitura municipal como ator intermediário, sendo o sujeito direto das tensões sociais. Na mesma linha, pode-se referir que as relações de poder se consubstanciaram diante de uma nova dinâmica, na qual prevalecem as decisões dos atores empresariais e governamentais.

Os intensos aportes demográficos também contribuíram para mudanças no território. O crescimento das periferias foi associado ao surgimento de novos bairros, onde se tornaram evidentes as invasões e o aumento do número de palafitas em situações de precariedade dos serviços públicos. Assim sendo, a dinâmica vivenciada em Coari, com a presença da Petrobrás, embora simbolicamente se manifeste como reflexo da modernidade e de um suposto desenvolvimento econômico intensificou a pobreza e as desigualdades sociais.

Referências

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Amazônia : do discurso à práxis*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996a.
- ALVEAL CONTRERAS, E. *Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1994.
- AMAZONAS (Estado). *Anuário Estatístico do Amazonas*. Manaus, 1994.
- BRASIL. *Projeto Avança Brasil*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Organização: Daniel Lins. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papyrus, 2000.
- CARLEIAL, Liana M. de F. "Reestruturação industrial, relação entre firmas e mercado de trabalho: as evidências nas indústrias eletroeletrônica na região metropolitana de Curitiba". In: Carleial, Liana e Valle, Rogério (Orgs.). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997.
- CASTRO, E. Flexibilização e gestão do trabalho em indústrias de alumínio na Amazônia. In: COELHO M. C., COSTA R. (Orgs.). *10 Anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: Gráfica Supercores, 1997.
- COARI (Prefeitura). Secretaria Municipal de Cultura. *Informativo sobre o Município de Coari: Sua história, aspectos demográficos, econômicos e sócio-culturais*, 2002.
- CONCEIÇÃO, M. *Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia*. In: COSTA, M (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.
- GAWORA, Dieter. *Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto do petróleo e gás "Urucu" no Estado do Amazonas*. Manaus: Valer, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar*. 2003. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Índices de Preços. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06/03/07, 17:08:00.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar*. 2005. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Índices de Preços. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06/03/07, 17:08:00.
- Jornal A Crítica*. Estudo do Impacto Ambiental do Gasoduto não sugere Soluções. INPA. Manaus, 16 fev. 2000.
- PETROBRÁS. *A Petrobrás em Urucu* (Informativo), Fevereiro, 2005.
- _____. *Audiência Pública Preliminar – Perguntas e Respostas* (informativo), agosto, 2006.
- _____. *Relatório: Grande Empresa – Petrobrás* (informativo), fevereiro, 2003.
- SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS (SINE). *Relatório de Atividades do Posto do SINE, Seguro-Desemprego*. Posto de atendimento de Coari, 2006.

STOCKINGER, G. A reestruturação das reações tradicionais na Amazônia numa era de modernização forçada (1960-1980). In: COSTA, m (Org.). *Sociologia na Amazônia – debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.